

Emigrantes e camponeses: uma análise da literatura sociológica¹

Existem várias abordagens do problema da emigração, umas de carácter económico, outras de carácter sociopsicológico. A maior parte das tentativas recentes carecem, porém, de fundamentação satisfatória, pois estudam o problema isoladamente, fora do contexto societal, ou seja, sem atenderem suficientemente ao contexto do qual provêm os emigrantes e àquele para que se dirigem. Tal posição tende a conduzir a abstrações artificiais ou a generalizações estatísticas, fundadas menos nos verdadeiros sentimentos e motivações das pessoas envolvidas e nas pressões sobre elas exercidas do que em categorias impostas pelos investigadores sobre os seus materiais. Reforcei esta ideia através da minha própria experiência de investigação nas aldeias do Norte de Portugal (Minho e Trás-os-Montes), onde comecei por fazer um estudo em termos «clássicos» sobre a emigração. A vantagem da antropologia neste tipo de investigação reside no facto de se ter de trabalhar e viver no próprio local e no conhecimento directo que travamos com aquilo que constitui o objecto do estudo; e, à medida que o começamos a fazer, apercebemo-nos de que o «problema» não é tanto o da emigração em si, mas o desta enquanto sintoma das condições sociais da comunidade. A vantagem suplementar em abordar a migração do ponto de vista da comunidade local, a aldeia ou o concelho², reside no facto de permitir obter uma compreensão mais realista, e já não meramente teórica, das razões que levam os migrantes a partir e a regressar ao seu país de origem, tanto de uma forma temporária, como, talvez, definitiva.

A emigração da Europa ocidental, como fenómeno social, constitui um tema largamente tratado na literatura académica, umas vezes segundo uma perspectiva essencialmente estatística, outras vezes ocupando-se principalmente dos países de acolhimento e, neste caso, preocupando-se com os processos sociais e psicológicos de «adaptação» e «aculturação». Mais recentemente, a tónica recaiu sobre os problemas de exploração económica. Alguns textos antropológicos sobre o campesinato, que incluíram a migração no tema mais geral da mudança social, acentuaram fundamentalmente os efeitos da urbanização sobre os povos tribais e sobre os cam-

¹ O autor agradece ao Instituto de Alta Cultura e à Fundação Gulbenkian os subsídios de investigação que lhe foram atribuídos para a realização dos trabalhos de campo efectuados no Norte de Portugal em 1972-73, o primeiro, e nos Verões de 1974 e 1976, o segundo.

² Em português no original. (*N. do T.*)

poneses de países ou regiões em vias de desenvolvimento. A tendência dominante em ambas as literaturas tem sido a de apresentar o camponês migrante como um agente passivo perante as circunstâncias, «empurrado» e «aspirado» por forças económicas ou sociostóricas, que não controla, ou manipulado como mão-de-obra barata, explorada pelas exigências do mercado capitalista.

Na esteira das primeiras teorias de Ravenstein de 1880, a maior parte da literatura norte-americana acerca deste problema preocupou-se em estabelecer «leis» da migração — como seria, aliás, de esperar em países com uma imigração maciça: leis como a teoria de Stouffer acerca das oportunidades intervenientes (1940), a de Rose acerca da distância relativa (1960), a de Burford sobre a distância psicológica (1960) e a teoria do *push-pull*, ainda bastante aceite como explicação em muitos textos actuais³.

Estudos clássicos, como os de Numelin, *The Wandering Spirit* (1937), *The Uprooted* (1951), de Oscar Handlin, *The Immigrant in American History* (1941) e *The Atlantic Migration* (1961), de Marcus Lee Hansen, debruçaram-se sobre as causas da emigração: factores de expulsão por escassez de alimentos, excesso de população, perseguição religiosa, étnica e política e as intoleráveis condições de vida no velho mundo. Tal como salienta Frank Thistlethwaite, elas vêm juntar-se a «Uma projecção mística do ‘camponês’, condicionado ao longo de 1500 anos, na Europa, por uma aceitação passiva e patética do seu destino infeliz».⁴

Ao mesmo tempo que continuam a ser correntes explicações centradas nas causas e na teoria do *push-pull*, muitas análises incidiram sobre a integração e a alienação dos migrantes no país de acolhimento. A mudança da tónica para os estudos sobre «aculturação» ou «adaptação» destaca da massa migrante o indivíduo, enquanto portador e agente de cultura e media-neiro entre dois mundos sociais distintos⁵. Um dos problemas de muita desta já vasta literatura é a incapacidade de distinguir entre categorias de migrantes bem diversificados: os «colonos», que constituem um movimento em larga escala de indivíduos e grupos para os novos países, como, por exemplo, a América do Norte e a Austrália, e os trabalhadores migrantes, em especial homens em idade de trabalhar, que integram um movimento de trabalhadores flutuantes, potencialmente não cidadãos, que migram com a intenção de regressar aos seus países de origem, ou que estão impedidos de residir permanentemente nos países de acolhimento, nos precisos termos dos seus passaportes ou contratos. A migração de colonos e a migração de circulação podem ser baseadas em dois tipos diferentes de economia e envolvem, de facto, complexos sociais e psicológicos diversos, que nem sempre têm sido referidos na literatura relativa à migração euro-

³ «Laws of migration», de Ravenstein (1885), in *Journal of the Statistical Society*, vol. XLVIII, citadas por John Saville, *Rural Depopulation in England and Wales*, Londres, 1957, p. 38.

As suas principais conclusões indicavam que a maioria dos migrantes apenas se deslocavam para curtas distâncias, para a cidade mais próxima (*step migration*); que os habitantes urbanos eram menos susceptíveis à migração do que os rurais; que a mobilidade era maior nas mulheres do que nos homens. Não existem estatísticas semelhantes disponíveis para o século XIX em França ou em Portugal.

⁴ F. Thistlethwaite, *Migration from Europe Overseas in 19th and 20th Century*, XI Congresso Internacional de Ciências Históricas, Upsala, 1960.

⁵ R. Park, in *Race and Culture*, 1950; H. Gans, *The Urban Villagers*, 1962.

peia ocidental. Trabalhos recentes sobre a migração na Europa contemporânea, nomeadamente os efectuados por Castles e Kosack⁶, tratam especificamente da migração laboral: tais trabalhos chamam a atenção para o facto de não se poderem considerar os trabalhadores migrantes como pessoas completamente livres, já que se encontram sujeitos a pressões e ao controlo tanto por parte do seu próprio país, como por parte do país onde trabalham; não conseguem, porém, explicar como e porquê o migrante mantém relações estreitas com a sua região natal.

As ligações com o país de origem podem ser interpretadas como laços emocionais e familiares. De facto, são muitas vezes ditadas pelas condições económicas do migrante. Quer esteja em África quer no Norte da Europa, o trabalhador migrante é um homem dividido entre dois mundos, na medida em que se encontra, simultaneamente, na economia de subsistência e na economia de mercado, jogando uma contra a outra, tanto quanto lhe é possível. Não só tem interesse em manter um lugar em ambos os sectores, como também é forçado a fazê-lo, devido à burocracia oficial e ao seu controlo nacional. Em regra, o trabalhador migrante provém de uma comunidade «dadora» pobre, dependendo, principalmente, de uma agricultura de subsistência, com um alto nível de desemprego e subemprego, que pertence historicamente a uma mais vasta economia de mercado, em relação à qual é, contudo, marginal. As suas remessas ajudam a mantê-la na medida em que servem de suporte à família que aí permaneceu. Mas a sociedade da aldeia deve apresentar-se como susceptível de manter alguma viabilidade autonomamente, para poder acolher o migrante quando regressar velho, doente, reformado ou expulso. Assim, o migrante é levado a manter a sua terra ou a sua casa na aldeia como segurança para o seu regresso, que pode ser visto como uma livre escolha, mas que é, actualmente, imposta a muitos migrantes pelo país de «acolhimento». As escolhas individuais e as decisões do trabalhador migrante devem, pois, ser ponderadas contra este pano de fundo de controlo de exigências dos mercados de trabalho nacional e internacional, encorajadas ou restringidas por eles. Casas vazias, campos por cultivar e a ausência no estrangeiro da quase totalidade dos homens jovens podem, contudo, restringir a viabilidade da antiga unidade da aldeia, enfraquecida, mas também apoiada pelo súbito e não habitual afluxo de dinheiro. A migração temporária e as remessas de dinheiro podem, deste modo, subverter precisamente aquilo que o trabalhador migrante quis preservar quando se dispôs a partir.

Por outro lado, não se pode aceitar um diagnóstico genérico, incapaz de distinguir entre as variáveis independentes que operam em cada uma das regiões «dadoras», tendo em conta o modo como elas reagem às modificações introduzidas pela massa migratória. O problema da migração do Sul para o Norte da Itália, ou o da Índia ocidental para a Grã-Bretanha, não é idêntico, em causas e efeitos, à migração de Portugal para França. A migração é, afinal, apenas uma resposta possível a «factores de rejeição» e é introduzida num determinado contexto social por factores tão diversos como a tradição, redes de informação, meios de comunicação, influência internacional, ou tão-somente excesso de população. É neste ponto que

⁶ Castles e Kosack, *Immigrant Workers and Class Conflict in Western Europe*, 1973.

se torna nítida a necessidade de detalhados estudos empíricos e etnográficos, para melhor compreensão do problema da migração, e se tornam evidentes as lacunas no conjunto de obras como as de Castles e de Kosack. Há um vazio nos estudos sobre a migração dentro da Europa, que apenas começa a ser preenchido por antropólogos, nomeadamente pelo estudo de Rocha Trindade sobre os migrantes portugueses em França, que se debruça sobre pequenos, mas distintos, grupos de migrantes no país de acolhimento⁷. Outra lacuna reside no facto de a análise do fenómeno da migração e das suas consequências socioeconómicas no país de origem, ou «dador», ser feita do ponto de vista sociológico, a um micronível.

Na literatura de carácter antropológico, a migração é encarada como parte do estudo da mudança social, da qual muitas vezes é o principal indicador e ponto fulcral. Mas as teorias da mudança social baseiam-se nos efeitos produzidos pela urbanização e pelo domínio colonial em certas comunidades índias da América Latina, ou em sociedades africanas; e as teorias desenvolvidas com base nesse material etnográfico não são, talvez, inteiramente aplicáveis aos estados imperiais da Europa ocidental, cuja coesão étnica é bem mais homogénea.

Actualmente, a migração europeia não é muito diferente da do século XIX; já nessa altura, a migração não era, necessariamente, sinónimo de radicação e de aculturação. Hoje em dia, a facilidade nas deslocações e os salários mais elevados com férias pagas tornam a migração laboral mais fácil e atraente; mas, mesmo no século XIX, um número significativo de migrantes europeus faziam da migração temporária uma prática regular. Cerca de 1/3 dos emigrantes vindos da Europa para os Estados Unidos antes de 1924 reemigraram; em 1904, 10 % dos emigrantes italianos que tinham ido para os Estados Unidos já anteriormente aí tinham estado⁸.

A Argentina era o país de destino dos camponeses italianos, que passavam os meses de Dezembro a Abril na ceifa dos cereais na província de Buenos Aires e em Córdoba, regressando ao Piemonte em Maio, para as culturas da Primavera. Os mineiros escoceses passavam o Verão nos campos de carvão nos Apalaches, gastando na sua terra natal, no Inverno, os dólares entretanto ganhos. A migração interna europeia também não é um fenómeno recente; por volta de 1911 havia cerca de meio milhão de italianos em França, que se tornou um país de imigração de massa por alturas de 1920. Nalguns países da Europa, a migração interna de trabalho sazonal era um procedimento tradicional; por exemplo, em Espanha, já no século XVI os Galegos se deslocavam para o Sul, para as colheitas de Verão em Castela, na Estremadura e até na Andaluzia⁹. Em França, os camponeses dos Alpes começaram a migrar, para ganhar a vida, a partir de 1534¹⁰.

A literatura sobre migração tem-se inclinado a privilegiar a radicação, ignorando a migração de carácter laboral. Por outro lado, tem tido também a tendência para retratar migrantes homogéneos, constituídos por uma massa camponesa indiferenciada, e ignorar a enorme variedade regio-

⁷ H. B. Rocha Trindade, *Immigrés Portugais*, Lisboa, 1973.

⁸ F. Thistlethwaite, *op. cit.*

⁹ R. Bradshaw, in *Iberian Studies*, n.º 1/2, 1972, p. 68.

¹⁰ R. Blanchard, in *Annales de Géographie*, 1958, pp. 308-312, especialmente sobre os queyrassianos.

nal dos modelos migratórios. Mesmo em áreas onde a base económica é muito semelhante, regiões há em que certas aldeias revelam uma adaptação societal diferente — ou uma ausência dela — ao surto da migração. No século XIX, no Peloponeso, havia aldeias onde os rapazes cresciam esperando poder vir a migrar e outras onde tal não se verificava. Em Nova Iorque havia sectores onde os emigrantes de vários distritos da Itália ocupavam ruas diferentes, por vezes com hostilidade mútua. Existem provas de que a primeira organização étnica de grupos de emigrantes nos EUA se estruturou mais na base de factores étnicos locais do que nacionais. Por exemplo, a filiação de italianos em sociedades de socorros mútuos era baseada no «campanilismo»¹¹.

Grande parte da discussão sobre a migração está limitada a querelas terminológicas, ou baseia-se em três variáveis: tempo, distância e motivação — como, por exemplo, a «migração por passos sucessivos» (*step migration*) de Ravenstein¹², ou a «migração intermitente» ou «circular» de Van Velsen¹³, ou a «migração em cadeia» de Germani¹⁴. Poucas tentativas têm sido feitas no sentido de relacionar o «tipo de migração» com um tipo específico de estrutura social rural, ou com um tipo específico de desenvolvimento económico, ou de tratar o problema na sua profundidade histórica. Há também a convicção de que a mudança provocada pela migração é inevitável, unidireccional e irreversível, como, por exemplo, em Elizaga:

Nos países em vias de desenvolvimento, a migração inicial é provavelmente mais importante do que a dos países industrializados e a migração de retorno é de pouca importância¹⁵.

Demonstrou-se, contudo, que isto se não aplica nem a África, nem a zonas da América Latina, mais do que à própria migração europeia.

Além disso, os modelos e «leis» da migração não explicam, nem podem explicar, o papel desempenhado pela escolha: o modo de migrar e o local de destino são escolhidos pelo indivíduo de acordo com a avaliação própria das oportunidades que pensa vir a ter e das suas expectativas e são influenciados por quaisquer meios de comunicação social, pela informação e pela ajuda que possa obter. Oriundos da mesma pequena aldeia portuguesa, podem encontrar-se migrantes espalhados por sete ou dez países. Aqueles modelos e leis também não explicam o fenómeno do «migrante sucessivo» que numa década parte para o Brasil, na seguinte para os Estados Unidos da América e depois regressa ao país natal ou vai para França. Nem explicam, ainda, as variações existentes na adaptação societal à migração. Mesmo numa área geográfica coerente e rigorosamente delimitada, como é o Norte de Portugal, existem formas de adaptação societal à migração tão diversificadas localmente que nenhuma teoria geral de migração as pode cabalmente explicar. Por último, as teorias referidas também não

¹¹ Nalwiny e Fishman, in *Sociological Review*, vols. 13-14, 1966.

¹² Ravenstein, *op. cit.*, pp. 198-199.

¹³ Van Velsen, *op. cit.*, p. 34.

¹⁴ Germani, *op. cit.*, p. 78.

¹⁵ Para uma discussão completa das teorias de migração ver C. M. Young, *The Social Setting of Migration*, London University, 1970.

explicam o facto de muitos habitantes de aldeias decidirem migrar, ainda que lhes sejam oferecidas oportunidades alternativas; pode, com efeito, demonstrar-se que continuam a migrar alguns camponeses portugueses após terem frequentado cursos de reciclagem industrial patrocinados pelo Governo, ou que se especializam mesmo, na intenção de obterem uma qualificação que lhes permita partir; preparam-se, em suma, para a migração.

Fez-se uma tentativa tendente a sistematizar a análise individualista da migração, apresentando-a como parte do desenvolvimento, com o migrante passando do sector tradicional ao sector moderno de uma sociedade, experimentando «conflitos culturais», ou adaptando-se, ou agindo como intermediário entre ambos os sectores. Gunder Frank¹⁶ e Keit Griffin¹⁷, entre outros, contestaram este ponto de vista, sublinhando que os movimentos de massa não podem ser correctamente compreendidos se forem analisados em termos individuais e psicológicos, mas unicamente em termos estruturais e sociais; a migração não é apenas a causa principal — ou a consequência — dos males sociais, devendo antes ser encarada como um dos efeitos de uma forma determinada do desenvolvimento (capitalista) industrial.

Assim, enquanto os sociólogos se têm preocupado largamente quer com as questões psicológicas suscitadas pela migração, quer com problemas de definição, conflitos sociais e integração, os economistas têm desenvolvido macroteorias da migração, baseadas em padrões de desenvolvimento económico, e microteorias, baseadas no uso das técnicas do custo-rendimento. A mão-de-obra migrará se a diferença entre o valor do rendimento líquido descontado que espera vir a ter no país de destino e o rendimento de que dispõe na sua presente localização exceder os custos de deslocação. Mas, tal como Collier e Greene (1973)¹⁸ salientaram, se as diferenças nos custos de deslocação constituíssem o factor determinante da escolha do país de destino para os migrantes, poder-se-ia esperar encontrar o fenómeno precisamente oposto ao «crescimento alométrico» nos países subdesenvolvidos. Preferem explicar o fenómeno em função das redes sociais retiradas à antropologia¹⁹. A migração entre cidades depende em parte das relações sociais no interior das localidades e entre estas, na medida em que essas relações — baseadas nos contactos de família, de trabalho ou de vizinhança — constituem a fonte principal de informação para os potenciais migrantes e influenciam a sua escolha quanto ao local de destino. O migrante «apenas se desloca da unidade de residência familiar para uma unidade familiar mais vasta espalhada na cidade. Isto explica o motivo por que nem sempre é dada preferência à vila ou cidade 'mais próxima'»²⁰.

Um estudo satisfatório do problema da migração deve, deste modo, ter em linha de conta, não apenas as questões de ordem individual, mas também os factores estruturais e históricos, não descurando o meio social

¹⁶ Andre Gunder Frank, *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*, 1971.

¹⁷ Keith Griffin, *Underdevelopment in Spanish America*, 1969.

¹⁸ P. Collier e J. M. Greene, *Migration from Rural Areas of Developing Countries, a Socio-economic Approach*, Oxford Mimeo, 1970.

¹⁹ Cf. N. Long, *Social Change and the Individual*, 1968.

²⁰ Collier e Greene, *op. cit.*

do qual provém o migrante, meio esse que actua como seu grupo de referência durante a maior parte do tempo em que se mantém como migrante. Tomando por base determinados factores económicos, designadamente a pobreza no campo, associada à falta de alternativas ao trabalho agrícola, torna-se, ainda assim, necessário explicar a migração como escolha, bem como as diferentes reacções sociais e individuais a essa escolha. A cada momento, certas categorias de pessoas encontram-se «na eminência» de emigrar; os grupos em causa e as motivações dependem do contexto social no qual se inserem. Mitchell sugere que as motivações operam a três níveis: normativo, económico e pessoal²¹. Dando como certos os factores económicos e como fortuitos os pessoais, é o nível normativo aquele que potencialmente se apresenta como mais interessante. Verifica-se que, em certas regiões de África, a migração constitui um comportamento esperado, um rito de iniciação em si mesma²². Também em França a emigração é encarada como uma opção tradicional. Segundo André Levesque, na década de 50 em Inglaterra, 42 % das pessoas que emigram já tinham tomado a decisão de migrar antes dos 14 anos de idade e cerca de 35 % tomaram-na entre os 14 e os 17 anos²³. A emigração pode, pois, ser encarada como uma opção tradicional e necessária para resolver pressões económicas e sociais da vida rural; pode ser considerada como um padrão legitimado de esperança de melhoria social.

Em grande parte, os migrantes portugueses são tradicionalmente provenientes de áreas rurais: e $\frac{2}{3}$ dos migrantes portugueses, de acordo com amostras colhidas dos últimos vinte anos, declararam como sua ocupação originária anterior à migração, quer a agricultura, quer a construção civil. Uma questão persiste ainda, quando nos debruçamos sobre a migração camponesa: torna-se, de facto, necessário ver qual a definição que devemos aceitar para o termo *camponês*:

Os modelos antropológicos actuais da sociedade camponesa provêm, em grande parte, da escola norte-americana de estudos camponeses e baseiam-se ultimamente na tese de Kroeber que vê no campesinato uma sociedade e uma cultura parcelares (Kroeber, 1948). Quer se possa pensar, como Foster (1953), que os camponeses estão, «de um ponto de vista funcional, inter-relacionados com um centro urbano pré-industrial», ou, como Wolf (1966), que eles estão «funcionalmente integrados numa mais ampla estrutura estatal», o campesinato é qualitativamente diferente dos outros sectores da sociedade, de que forma a menor parte (Banfield, 1956). Assim, nota-se nos estudos clássicos uma ênfase da desconfiança camponesa, do medo da «grande tradição» e do receio de exploração pela sociedade mais ampla — resultado de um «atraso cultural» em que o campesinato se encontra, incapaz de confronto com uma *élite* urbana de inovadores e guardiões da «grande tradição». Para alguns antropólogos, as comunidades camponesas são as que «se desenvolveram numa relação simbiótica espaço-temporal com os componentes mais complexos da sociedade mais vasta a que pertencem, ou seja, o mercado pré-industrial e a cidade administrativa» (Foster, 1953). Esta relação de subordinação económica é geradora de dependências políticas, culturais e, por vezes, também religiosas.

²¹ C. Mitchell, in *Africa in Transition*, Londres, P. Smith (ed.), 1958, pp. 54-61.

²² I. Schapera, *Migrant Labour and Tribal Life*, 1947.

²³ A. Levesque, *Le Problème Psychologique des Migrations Rurales*, 1958.

Na literatura, os camponeses são frequentemente descritos como irracionais, falhos de motivação, pessimistas em relação às oportunidades que se lhes deparam: dominados pela tradição, receosos do mundo exterior, passivos quando têm perspectivas (Banfield, 1958) e resignados à vontade divina quando as não têm. Grande parte das análises antropológicas do campesinato inserem-se nesta abordagem de cultura parcelar (*part-culture*). Outras colocam abertamente o camponês no sector «tradicional» da divisão dualista das sociedades defendida por Durkheim e tratam-no como membro de uma comunidade uniforme e fechada (Wolf, 1966). Os poucos que aplicam a teoria de classes marxista ao estudo das sociedades camponesas tendem também a tratar o sector camponês como membro atrasado e falho de consciência de uma sociedade parcelar.

Das várias definições de campesinato emergem características comuns: a exploração familiar camponesa é a unidade básica de uma organização social multidimensional, em que o trabalho da terra constitui o principal modo de vida e satisfaz a maior parte das necessidades de consumo da família; existe uma cultura tradicional específica, intimamente ligada ao tipo de vida das pequenas comunidades; os camponeses são, frequentemente, considerados seres «inferiores» dominados por estranhos²⁴. O surto da industrialização, a urbanização e a economia de mercado conduzem à desintegração gradual da sociedade camponesa enquanto estrutura social específica, designadamente quando a unidade de exploração familiar se transforma em empresa capitalista, ou quando se passa a recorrer ao trabalho assalariado. Porém, como salienta Shanin, esta mudança não é unidireccional, podendo a força dos factores que a determinam ser modificada, ou contrariada, por mecanismos sociais que apoiam a estrutura existente, como é o caso da migração selectiva. Também o desenvolvimento económico, que normalmente significa a deslocação de uma sociedade da produção de subsistência para a produção de mercado, não é necessariamente um desenvolvimento continuado, podendo ser cíclico, conforme grupos rurais específicos se afastem da produção de subsistência ou se movam entre estas duas formas de produção, ao sabor de pressões exteriores e de necessidades internas. Por força das flutuações que ocorrem nos ciclos comerciais, alguns grupos podem ser mantidos na orla da economia de mercado pelas sucessivas recessões do interesse comercial, como aconteceu, por exemplo, no Nordeste brasileiro²⁵. Assim, a produção de subsistência e a de mercado não devem ser tratadas como se fossem dois estádios sucessivos de desenvolvimento; podem, com efeito, coexistir ou alternar no interior de uma mesma comunidade. Tal como é insatisfatória a ênfase unidireccional de muita da literatura sobre migração, também a concepção das sociedades camponesas como modelo, que se desenvolve em *continuum* do «tradicional» ao popular e deste ao «moderno», não é totalmente explicativa. Se bem que muitas vezes marginais em certo sentido do termo, as comunidades rurais de que provêm os migrantes camponeses não estão isoladas económica, social ou geograficamente. Embora vivendo em áreas rurais que podem ser culturalmente homogéneas e etnocêntricas e de algum modo «fechadas» sobre si próprias, os camponeses

²⁴ T. Shanin, *European Journal of Sociology*, vol. 12, 1971, pp. 289-300.

²⁵ P. Goldey, *Messianic Movements and Peasant Leagues in Northeast Brazil: a Socio-Economic Analysis*, Oxford, University of Oxford, 1970.

europeus deslocam-se a cidades, a mercados, vão em peregrinações, conhecem e contactam um mundo mais vasto do que o das suas aldeias. Muitas vezes, os migrantes de áreas rurais viveram em dois ou mais países e adquiriram algumas características urbanas no decurso das suas estadas. Afirmou Redfield:

Antes da primeira cidade não havia camponeses [...] O camponês é um nativo rural cuja visão do mundo, de há muito estabelecida, atribui à cidade uma particular importância.

Na classificação das sociedades latino-americanas, Wolf refere-se a uma «comunidade corporativa», a «um sistema social estratificado com limites bem demarcados», que possui uma identidade estrutural num determinado período de tempo e algumas «representações colectivas».

Qualquer análise antropológica de migrantes camponeses europeus não pode deixar de formular as questões «que cidade?» e «que comunidade?», porque, se concordarmos que as comunidades camponesas são «sociedades parcelares», serão, então, parte de quê? Numa região em que os habitantes de zonas rurais frequentemente conhecem melhor Paris, Nova Iorque ou o Rio de Janeiro do que a sua própria capital e têm laços muito fortes com a família afastada, ou com membros da aldeia, e poucos ou nenhuns contactos com os habitantes urbanos do seu país natal, qual o sentido que deveremos atribuir à «relação simbiótica supostamente existente entre camponeses e as cidades-mercado e como definir, então, fronteiras naturais e limites sociais?

É importante notar, em qualquer estudo de economia camponesa, o modo como o pequeno grupo ou aldeia se integra, ou não, na economia regional, ou nacional; se é uma estrutura baseada numa rede tradicional de relações socioeconómicas na região, ou uma estrutura totalmente inserida no mercado mundial e, conseqüentemente, estruturada em moldes diferentes, como nos pressupostos de Dalton sobre economias «periféricas de mercado» e economias «dominadas pelo mercado»²⁶.

Sobre as relações da sociedade camponesa com a sociedade citadina são propostos dois pontos de vista pelos antropólogos: na opinião de Redfield/Foster (1967), elas são culturalmente incompatíveis e uma destrói a outra, que apenas pode sobreviver em consequência do seu «atraso cultural»; na opinião de Wolf (1966), as culturas da cidade e do campo são dicotómicas, e de tal forma separadas que se torna necessária a existência de «agentes culturais», ou de mediadores, que preencham a lacuna e mantenham o sistema do qual aldeia e cidade fazem ambas parte. Com base no estudo que fez em Neyl, Colónia, Willems sustenta que, apesar de a aldeia ser um subúrbio agrícola da cidade, preserva a sua identidade cultural, distinta da da cidade, ao mesmo tempo que existe em Colónia um núcleo camponês integrante do proletariado urbano que mantém uma continuidade cultural entre aldeia e cidade. Esses «camponeses-operários» mostram um apego obstinado aos valores essenciais da posse da terra, utilizando os salários ganhos na indústria para manter as tradições camponesas. Conclui, assim, que algumas culturas camponesas são compa-

²⁶ G. Dalton, *Economic Anthropology and Development*, 1971.

tíveis com a sociedade industrial e vê na sobrevivência das tradições camponesas tanto uma prova da viabilidade de certos grupos camponeses, como uma parte positiva do sistema de valores que, neste caso, permite à comunidade camponesa absorver as modificações tecnológicas e sociais necessárias à manutenção da sua identidade cultural.

Na literatura sobre campesinato é de grande interesse a linha de análise desenvolvida pelo economista russo Tchayanov²⁷ e explanada por Teodor Shanin²⁸. Para Tchayanov, a exploração familiar camponesa não se adapta aos modelos de análise do comportamento económico, uma vez que não existe nela trabalho assalariado: não pode ser vista como um negócio, ou como uma empresa capitalista. Conceitos de análise económica, tais como lucro, juro, salário e renda, estão intimamente relacionados e, segundo Tchayanov, na ausência de um deles, toda a estrutura teórica se desarticula. Como não podem ser calculados, para as explorações familiares sem trabalho assalariado, conceitos como lucro líquido, renda, juro ou capital, as teorias-padrão dos quatro factores principais de produção também não podem dar conta do comportamento dessas explorações. Assim, estas pertenciam a uma estrutura económica essencialmente diferente e requerendo, em consequência, uma diferente teoria económica. Tchayanov contrariou o ponto de vista marxista que vê o camponês como sendo simultaneamente capitalista e trabalhador assalariado. Defendeu, em vez disso, que a «especificidade» económica do campesinato residia na circunstância de não pertencer nem à classe do «empresário capitalista» nem à do «proletariado assalariado», uma vez que não representava uma produção capitalista, mas uma mera produção subordinada às necessidades do consumo próprio. Um dos seus conceitos fundamentais era o do equilíbrio trabalho-consumo, entre a satisfação das necessidades familiares e a servidão do trabalho: os camponeses só trabalharão mais intensa e duradouramente se acharem que isso lhes trará um aumento do rendimento, mas a família não se esforçará para além do ponto em que esse eventual aumento for ultrapassado pela penosidade do trabalho suplementar; deste modo, cada unidade familiar estabelece um equilíbrio entre o grau de satisfação das suas necessidades e o grau de penosidade do trabalho, conceito este que Tchayanov utilizou como ponto fulcral na sua análise do campesinato russo. Este equilíbrio entre satisfação do consumidor e penosidade varia de família para família, segundo a sua dimensão, a proporção entre membros activos e não activos e, pelo desenvolvimento da célula familiar através da primeira e segunda geração de casamentos, em relação com a variação de dimensão da família camponesa no tempo. O que ele fez, então, foi estudar de um modo sistemático os efeitos de um largo número de factores no equilíbrio trabalho-consumo: dimensão da exploração, sua localização, tipos de cultura, preços de mercado — em suma, qualquer factor que pudesse influenciar o delicado equilíbrio entre necessidades familiares e penosidade do trabalho.

Tchayanov estudou os aspectos relacionados com a aplicação directa e automática dos métodos contabilísticos das economias ocidentais à unidade agrícola familiar, onde um determinado produto existe em quanti-

²⁷ A. V. Tchayanov, *The Theory of Peasant Economy*, 1966.

²⁸ T. Shanin, *The Awkward Class*, 1972.

dade suficiente, ou não, para satisfação das necessidades familiares, e conclui que os produtos não são permutáveis, como o são nas economias de mercado. Na agricultura, onde o camponês pensa em termos concretos de rendimento por acre ou por animal, torna-se difícil adaptar às necessidades de uma quinta uma noção tão abstracta como é a unidade de trabalho. Tchayanov concluiu que a unidade agrícola familiar constitui uma alternativa viável à exploração agrícola capitalista em grande escala, desafiando as teorias económicas estabelecidas, tanto soviéticas como ocidentais, sobre o campesinato. Certo tipo de condições, que normalmente levariam os agricultores capitalistas à falência, operam de modo diferente nas famílias camponesas, que, trabalhando mais horas, conseguem vender a preços mais baixos os seus produtos, prescindir de excedentes, mantendo viável, deste modo, ano após ano, a sua exploração agrícola. Tal situação deve-se, principalmente, ao facto de o «rendimento disponível ser distribuído de forma a obter um equilíbrio entre produção e consumo — ou seja, uma preocupação em manter um nível constante de bem-estar». O modo exacto como se repartia o produto familiar dependia exclusivamente da decisão subjectiva do chefe de família, não podendo, por este facto, ser equacionada em termos quantitativos.

A aplicabilidade exacta deste modelo de Tchayanov à exploração agrícola camponesa fora da Rússia do seu tempo oferece limitações; ele próprio admitiu que tal modelo se applicava melhor a regiões de população pouco densa do que às mais densamente povoadas, bem como a regiões onde os camponeses não podiam facilmente comprar ou obter mais terra. Todavia, a sua abordagem geral contém uma bem mais ampla validade. De facto, na sua análise sobre a tomada de decisão dos camponeses russos no início do século XX, Tchayanov tomou em consideração a interacção de inúmeros factores, como sejam: dimensão da família, sua estrutura, padrões de posse da terra, clima, acesso a mercados e alternativas de trabalho nas regiões. Este método continua a ser aplicável à análise do comportamento económico camponês em qualquer parte do mundo. O mesmo acontece também com a sua insistência relativamente ao poder de sobrevivência de tais unidades agrícolas familiares, uma reflexão particularmente relevante para o «caso português».

Não é intenção deste artigo fazer uma apologia da importância da exploração camponesa familiar ao nível da economia nacional em Portugal. Mas a abordagem do campesinato feita por Tchayanov, mais tarde desenvolvida por Shanin, entre outros, afigura-se como verdadeira no tocante ao comportamento do camponês no seu terreno e fornece uma explicação para a sobrevivência das comunidades camponesas. Trata-as como entidades distintas, mas não isoladas, e como sobreviventes, devido à sua viabilidade enquanto unidades económicas, e não apenas como resíduos antiquados de um passado rural. Deste modo, os camponeses lutam pela subsistência, pela maximização dos rendimentos, mas não têm como objectivo o reinvestimento: uma diminuição do capital e do crédito tem como reflexo um comportamento cauteloso e de poupança em situações cujos factores de risco na procura de mais e de melhor são já elevados. O conceito de Banfield de «interesse limitado» (*limited good*) foi já contestado por outros autores que explicam o conservadorismo económico do camponês como resultado de uma motivação essencialmente calculada. Tchaya-

nov e Shanin, entre outros, foram ainda mais longe, apresentando este mesmo conservadorismo como um valor positivo da sociedade camponesa, como sucede, por exemplo, na teoria de James Scott sobre a «ética de subsistência»²⁹.

A ética de subsistência provém do receio da escassez de alimentos e de uma experiência de vida, ao longo de gerações, nos limites do estritamente necessário. Os acordos técnicos sobre a terra e os acordos sociais — normas de reciprocidade, ajuda em casos de emergência, terras comunitárias, cooperação no trabalho — destinam-se a fazer face às necessidades da comunidade camponesa ao longo de séculos e fundam-se num princípio elementar de segurança. Os acordos sociais na aldeia implicam que «todos têm direito a sobreviver através dos recursos da aldeia, o que frequentemente implica uma perda de estatuto e de autonomia»³⁰.

Tal como observou Polanyi, «a ausência de ameaça de fome individual fez com que a sociedade primitiva [...] fosse mais humana que a da economia de mercado e simultaneamente menos económica»³¹.

O direito aos meios de subsistência por parte dos membros da comunidade é uma característica da maior parte dos grupos camponeses e, enquanto na expressão «ética de subsistência» há talvez um uso incorrecto da palavra «subsistência», o conceito que Scott elaborou a partir de dados do Sudeste asiático tem uma aplicação mais ampla às sociedades camponesas, desenvolvendo ainda uma noção que estava implícita nos trabalhos de Tchayanov e de Shanin. Mais do que um mero comportamento conservador, a prudência dos camponeses, o tradicionalismo, ou as práticas de poupança constituem garantias de sobrevivência. As aparentes anomalias da economia camponesa derivam do facto de a luta por um mínimo de meios de subsistência se desenrolar num contexto de escassez de terra, de capital e da ausência de perspectivas de emprego no exterior. As famílias camponesas são capazes de trabalhar arduamente por um aumento de produção, ainda que mínimo. (É aquilo que Tchayanov designa por «auto-exploração».) Mas, como salienta Scott, no comportamento económico caracterizado pela «segurança em primeiro lugar», o cultivador prefere minimizar a possibilidade de um desastre a maximizar a sua média de rendimento. Esta tendência para «evitar o risco» explica a resistência do camponês às inovações e a sua preferência por colheitas de subsistência, em prejuízo de colheitas rentáveis, mas não comestíveis. Este tipo de rejeição pode observar-se, quer no Sudeste asiático, quer na Rússia dos inícios do século XX, quer, ainda, nas aldeias francesas contemporâneas³².

A posse da terra é tida como garantia de acesso seguro aos meios de subsistência; os proprietários de terra encontram-se protegidos das flutuações dos preços do mercado de géneros alimentícios:

A propriedade é mais valorizada do que o arrendamento e este mais do que o trabalho ocasional, porque, mesmo admitindo que eles se pos-

²⁹ James C. Scott, *The Moral Economy of the Peasant: Rebellion and Subsistence in South-East Asia*, 1976.

³⁰ Id., *ibid.*, p. 5.

³¹ C. Polanyi, *The Great Transformation*, 1957, pp. 163-164.

³² L. Wylie, *Village in the Vaucluse*, 1957, especialmente p. 33.

sam sobrepor em termos de rendimento, cada um deles representa um determinado avanço em direcção a uma subsistência segura ³³.

A análise do campesinato feita por Tchayanov, Shanin e Scott é muito diferente dos argumentos algo áridos sobre «maximização» e «homem económico». Aquela análise é acrescentada e desenvolvida por Andrew Pearse quando sublinha que o objectivo do camponês se dirige mais a uma subsistência básica do que a uma procura indiscriminada de dinheiro ou de quantidade.

Porque o modo de vida do campesinato consiste em alimentação, bebida, alojamento e equipamento doméstico, muitos dos quais são obtidos a partir do produto das terras familiares ou dos vizinhos, um certo número de artigos comprados, participação na vida institucional local e regional, utilização dos sistemas locais de irrigação, transportes e comunicações, recurso a certas formas de trocas de bens e serviços com os seus vizinhos, bem como direitos e deveres de cidadania (ainda que distorcidos), incluindo a legitimação externa e a protecção dos direitos de propriedade da terra. Assim, o indivíduo, tanto pelos seus próprios meios, como enquanto membro de uma família, «busca a subsistência» continua e diariamente, quer pela sua actividade económica, cujo resultado consegue transformar em subsistência por apropriação doméstica ou por troca, quer na sua vida social, através da sua participação nos equipamentos comunitários e no desempenho de funções institucionais ³⁴.

Em vez de utilizar a aldeia como a unidade social de análise, Pearse cria a expressão *land group*, a qual, no contexto da América Latina, oferece maior vantagem analítica, uma vez que engloba todos os tipos de sectores relacionados com explorações agrícolas. O *land group* é «Um grupo de famílias que faz parte de uma sociedade mais vasta, que vive em permanente interdependência, interacção e afinidade, em virtude de um sistema de acordos estabelecidos quanto à ocupação e uso produtivo de uma única parcela de terra e dos recursos nela contidos, de onde retiram o seu sustento».

A expressão *land group* abarca tanto os grupos de comunidades aldeãs de pequenos e idênticos proprietários rurais, como as explorações de tipo latifundiário, envolvendo vários grupos sociais. O *land group* possui normas comuns relativas à distribuição e transmissão do direito à terra e seus recursos, oferta de mão-de-obra e participação no produto do trabalho, bem como no da terra e no aumento natural dos *stocks* ³⁵.

Para além do objectivo ligado à preocupação de assegurar a sua subsistência, o camponês possui valores morais próprios, um conjunto de relações sociais concretas e um padrão definidor do comportamento que espera dos outros — dito de outro modo, ele tem um universo moral compartilhado ³⁶. Aqui, o igualitarismo da aldeia é conservador, e não radical;

³³ Scott, *op. cit.*, p. 38.

³⁴ A. Pearse, *The Latin American Peasant*, 1975, p. 39.

³⁵ Id., *ibid.*, p. 51.

³⁶ Cf. F. Bayley (1971) sobre a unidade moral como característica da comunidade camponesa.

afirma que todos devem ter da aldeia o necessário para viver, e não que todos devam ser iguais, como se torna claro a partir das permutas de trabalho, dádivas e pagamentos entre habitantes das aldeias e dos direitos da aldeia sobre a terra. O igualitarismo na aldeia baseia-se no princípio da reciprocidade e do direito a ganhar a vida (aquilo a que Scott chama o direito à subsistência), do qual decorre aquele princípio. Como Pitt-Rivers observa no seu estudo sobre a Andaluzia ³⁷, «a ideia de que aquele que tem deve dar a quem não tem é não apenas uma norma religiosa, mas também um imperativo moral do *pueblo*» ³⁸.

Na medida em que a vida na aldeia é caracterizada por uma homogeneidade de crenças, valores morais e comportamentos, existe na sua vida tradicional uma diversidade social rica e compensadora nas diferentes categorias sociais, graus de propriedade da terra, diferentes funções de acordo com a idade e o sexo. Esta variedade social rica, bem como a autonomia da aldeia, podem manter-se apenas na medida em que se verifique uma migração da população excedentária, mas a migração maciça coloca-a em perigo.

Se tomarmos o exemplo francês, verificaremos que a maior parte dos recrutamentos para a indústria francesa desde meados do século XIX provinha de trabalhadores à jorna e de criados de lavoura: os trabalhadores assalariados mostravam uma mobilidade maior do que a de qualquer tipo de proprietários rurais. Enquanto a força total de trabalho na agricultura desceu cerca de 40 %, em números absolutos, no período que vai de 1850 a 1950, o número de assalariados na agricultura desceu mais de 70 % ³⁹. O caso francês mostra que nem todos os grupos sociais deixaram a aldeia ao mesmo tempo; partiram em primeiro lugar as pessoas importantes, os artesãos e os trabalhadores e em último os médios e grandes proprietários agrícolas, alterando, desse modo, a rica variedade da vida da aldeia. Mas, em França, o êxodo rural foi acompanhado de uma modernização das técnicas agrícolas e, consequentemente, da consolidação e crescimento das propriedades. Em Portugal há provas de que as coisas se não passaram desta maneira. Para a maior parte dos migrantes rurais, desde finais do século XIX, a mudança foi dupla, do campo para a fábrica e da aldeia para a cidade. Há, pois, ao nível da análise, uma estreita relação entre migração, urbanização e industrialização, consideradas de um ponto de vista nacional ou internacional, particularmente depois de 1950, quando o centro migratório se deslocou, de um modo generalizado, dos espaços pouco explorados para as metrópoles, tal como aconteceu com os migrantes europeus que, em vez de procurarem os «vastos espaços livres», se dirigiram para os complexos industriais urbanos da Europa ocidental. A migração da agricultura para outros sectores reflecte-se no tamanho da comunidade. Em França, depois de 1851, o número de pequenas comunas com menos de 500 habitantes passou de 42 % a 62 % do total das comunas, enquanto as que tinham um número de habitantes compreendido entre 500 e 1000 desceram de 32 % para 20 % do total das comunas. Só aumentaram de número as comunas com um número de habitantes superior a

³⁷ J. Pitt-Revers, *The People of the Sierra*, 1954, p. 62.

³⁸ Em espanhol no texto. (*N. do T.*).

³⁹ Trata-se, porém, de um processo complexo, dado que um número significativo de trabalhadores eram também pequenos proprietários ou filhos de proprietários. Ver Goreux in *Études et Conjoncture*, vol. XI, n.º 4, 1956, pp. 327-376.

5000 ⁴⁰. Os dados franceses contemporâneos continuam a indicar um decréscimo da população agrícola: o resultado de um tal êxodo rural não se traduz apenas numa diminuição numérica da população agrícola, mas conduz igualmente a uma transformação fundamental da estrutura social no campo.

Não importa apenas a existência de factores «compulsórios», mas o modo como estes reagem em conjunto com as circunstâncias históricas, económicas e geográficas, locais ou regionais, e se a sociedade local ao nível regional ou da aldeia continua ou não a ter viabilidade, coerência e significado para aqueles que nela vivem. Mesmo a introdução da partilha de heranças, muitas vezes directamente ligada a modificações nas taxas de migração, pode agir num ou noutro sentido, dependendo de uma combinação de variáveis numa situação determinada, como, por exemplo, a obediência religiosa e o facto de ser, ou não, acompanhada de uma modernização na agricultura. Os dados franceses mostram que a introdução de partilhas em áreas rurais pode resultar tanto em despovoamento, como sucede nalgumas partes do Sudoeste da França, ou determinar um aumento da densidade populacional, como no caso da Alsácia ⁴¹.

Vê-se frequentemente a migração apenas como força negativa, que leva à destruição dos sistemas sociais tradicionais e ao fim de uma «idade de ouro» de simplicidade e satisfação rurais. Para aqueles que se encontram envolvidos no processo migratório trata-se muitas vezes da única possibilidade de manter a comunidade tal como é e de satisfazer as exigências e expectativas da vida moderna. Seguindo os estudos sobre migração no interior da Europa, pode depreender-se que a migração afecta os habitantes da aldeia de uma de duas maneiras: ou transforma a aldeia, como é o caso narrado por Brande sobre uma aldeia espanhola, ou serve para manter as relações socioeconómicas tradicionais, como no caso irlandês. Existem, contudo, gradações nos efeitos e seria simplista ligar o primeiro dos efeitos atrás referidos apenas à modernização e industrialização e o segundo à indivisibilidade da herança e relações de parentesco, como fizeram alguns autores ⁴².

Em Espanha, os movimentos migratórios desenvolveram-se após a segunda guerra mundial, particularmente depois de 1950. Nos vinte anos que vão de 1950 a 1970, as zonas de latifúndio espanholas parecem ter sido mais afectadas pela migração — «tendo o jornaleiro pouco a perder [...] com a deslocação para a cidade» ⁴³. Contudo, em Portugal, a região do latifúndio foi a última a ser afectada pela migração, embora, nos finais da década de 1960, as taxas de migração fossem tão elevadas como as de qualquer outra região do País: quando os trabalhadores deixavam o Sul, tinham tendência a ir para Lisboa, onde constituíam uma classe operária anarco-sindicalista politicamente consciente. A distância percorrida pelo migrante não deve ser relacionada, em termos simples, com a dimensão da comunidade de origem, como pensaram alguns autores ⁴⁴, devendo

⁴⁰ H. Mendras, *L'Exode Rural en France*, tese, Universidade de Paris, p. 43, s. d.

⁴¹ P. Caziot, *Une Solution au Problème Agraire*, Paris, 1919. Ver também E. Guillard in *Acta Geographica*, Junho de 1958, pp. 9-11.

⁴² Por exemplo, S. Brandes in *Migration, Kinship and Community*, 1975, p. 14.

⁴³ R. Bradshaw, *op. cit.*, 1972.

⁴⁴ Brandes, *op. cit.*, p. 46. No caso de Bacedas, a maior parte dos migrantes da aldeia vão só até Madrid, o que tende a distorcer o quadro geral.

antes ser vista como dependente das oportunidades existentes e das redes sociais que o futuro migrante pode activar.

A migração nortenha da área dos minifúndios do Minho e de Trás-os-Montes apresenta uma configuração diferente. Os homens começaram a migrar, ou a emigrar, das aldeias do Norte de Portugal desde o tempo dos Descobrimentos: não se trata, de modo algum, de um fenómeno recente, como pretendem alguns autores⁴⁵. Para o camponês português, tal como para os homens de Pisticchi, ir trabalhar para o estrangeiro «é um acréscimo ao leque de oportunidades, que tornam possível a um homem cumprir as obrigações que a qualidade de Pisticcese lhe impõe». E «Os jovens partem para salvar o prestígio das suas famílias, quando esse prestígio está em perigo»⁴⁶.

Mas esta não é, de modo algum, a razão única que leva os jovens a migrar e, no caso da maior parte dos actuais migrantes portugueses, não corresponderia à verdade dizer, como Davis diz dos migrantes de Pisticchi, que «São marginais vacilando nos limites de uma mobilidade descendente e lutando pela sobrevivência».

Com efeito, Davis parece partilhar a visão dos burocratas em matéria de migração, entendendo-a como um mal incontrollável, do qual nenhum bem pode advir, chegando a afirmar o seguinte:

[...] a migração não traz quaisquer benefícios para as áreas rurais; não só pelo facto de as remessas serem insuficientes para reembolsar o investimento feito com a educação do migrante (*cost of nurture*), nem por tais remessas serem gastas de modo improdutivo, mas porque da migração laboral não advém quaisquer ganhos ideológicos em especial⁴⁷.

Sem considerar, de momento, a questão dos «ganhos ideológicos», deve dizer-se que as remessas na Europa rural do Sul são geralmente aplicadas na construção de casas, na compra de terra e na educação dos filhos. Estas vias afiguram-se suficientemente produtivas, mas, para usar o termo com propriedade, não há maneira mais imediata de injectar vitalidade numa economia local em estagnação do que a construção de casas, que activa, a curto prazo, muitos sectores da economia. A educação dos filhos oferece a estes oportunidade fora da terra. E o alargamento das explorações é frequentemente, para aqueles que permaneceram na terra, o primeiro passo para uma agricultura modernizada e orientada para o mercado.

No tocante à migração, os comentários de Sterling estão mais próximos da realidade quando afirma que, desde 1950, nas aldeias turcas «ocorreram modificações realmente importantes e de longo alcance, no que se refere quer a conhecimentos, aperfeiçoamento e valores, quer aos padrões de vida e utilização de electrodomésticos»⁴⁸.

E afirma, seguidamente, que, na análise da mudança social naquela zona, deveria ser atribuído um peso considerável à migração.

Ver a migração como um factor de mudança social numa comunidade aldeã obriga a examinar as instituições sociais e a analisar os efeitos que

⁴⁵ John e Davis, *People of the Mediterranean*, 1977, p. 36.

⁴⁶ Davis, *op. cit.*, p. 36.

⁴⁷ Id., *ibid.*, p. 37.

⁴⁸ Paul Sterling, *Turkish Village*, Londres, 1965.

sobre elas exerce um fluxo migratório que, endémico no caso português, alcançou, por vezes, proporções epidémicas em várias zonas do Sul da Europa. Isto implica a análise de factores económicos, nomeadamente posse da terra, mão-de-obra, formas e regimes de trabalho, o diferente papel desempenhado pelas mulheres no processo de produção, padrões gerais de consumo e de distribuição de riqueza e inserção numa economia monetária. Em relação à família, envolve a análise da taxa de nupcialidade, normas tradicionais de casamento, substituições nos papéis de autoridade e dimensão da família em consequência da migração. Quanto à religião, são reveladores os efeitos da migração sobre a estrutura institucionalizada do catolicismo, as atitudes para com a Igreja e seus ministros, bem como qualquer potencial aumento de tensões anómicas.

Politicamente, poder-se-iam analisar os efeitos da migração nas atitudes relativas às estruturas políticas nacionais que operam ao nível de aldeia, o modo como as pessoas agem perante as estruturas políticas, após as diferentes experiências que possam ter vivido nos respectivos países de acolhimento; e, ideologicamente, é possível avaliar até que ponto o conjunto de valores do habitante da aldeia se deteriorou, ou reforçou, pela experiência migratória.

Migrantes minhotos há que sonham com o regresso, mas o dilema real reside na circunstância de — com excepção dos poucos que conseguem um emprego nos novos complexos hidroeléctricos dos rios do Norte — pouco existir na região rural do interior susceptível de permitir a um jovem e à sua família manterem-se de outro modo que não seja o cultivo da terra, solução esta que, ao menos temporariamente, rejeitaram, como evidência a própria escolha da migração. Um sistema agrícola mais moderno, com adequados serviços de apoio, como cooperativas, informação e conselho técnico, sistemas de apoio e crédito, poderia manter uma mais rica, ainda que menor, população agrícola activa na região, mas para isso seria necessário não só criar estruturas agrícolas adequadas, mas também desenvolver estruturas que facilitem as tarefas domésticas das mulheres — pois também estas têm de ser persuadidas a ficar. Enquanto, em Portugal, o habitante de zonas rurais continuar privado de comodidades básicas — habitação condigna, escolas, boas estradas, saneamento básico moderno — e de oportunidades de trabalho, deve prever-se um êxodo continuado do campo para o estrangeiro. Mesmo assim, não obstante melhores comunicações mitigarem o isolamento das comunidades rurais mais distantes, elas facilitam, ao mesmo tempo, o êxodo rural e a migração, como pode ver-se da história da migração em Trás-os-Montes e zonas do Minho. Sem oportunidades de emprego adequadas, as comunicações não resolvem, por si mesmas, o problema e podem, na verdade, apenas contribuir para a sua exacerbação.

No Portugal contemporâneo, algumas aldeias de Trás-os-Montes encontram-se completamente abandonadas, enquanto outras, como Queriga, próximo de Viseu, estão em vias de atingir o equivalente a uma revitalização e renascimento através da emigração. A emigração tem sido, até 1960, sempre mais baixa no Alentejo, onde existe uma grande pobreza. A variação que se verifica na reacção societal à emigração torna insatisfatórias as teorias gerais sobre migração, que reduzem todos os migrantes laborais a «camponeses passivos» ou a uma massa indiferenciada de «explorados», não fazendo qualquer luz sobre as adaptações societais à migração no inte-

rior do país dador. As considerações económicas, ainda que extremamente importantes, nem sempre são as decisivas. Na Holanda, após 1945, a emigração para o Canadá foi oficialmente encorajada em zonas do Sudeste, onde havia um acentuado e crónico subemprego e se esperava um acréscimo populacional numa zona de pequena exploração familiar com fortes laços comunitários, religiosa e politicamente conservadora — um caso extremo, em que as motivações económicas, embora esmagadoras, foram sustidas pela «total resistência da comunidade à emigração»⁴⁹. No Norte de Portugal não existe uma tal resistência à migração: é uma tradição local consagrada e nada, na estrutura social ambiente, a inibe; perante o subdesenvolvimento da economia portuguesa, na ausência de «simbiose», e existindo antes um antagonismo entre a cidade e as zonas rurais, o trabalhador rural não vê qualquer hipótese de mobilidade social na sua região, a não ser a que pode alcançar através da migração. (Existiu a via do sacerdócio, mas mesmo essa sempre recorreu a uma minoria apenas e perdeu hoje os seus atractivos.) O próprio Exército oferecia fracas condições, poucas expectativas de promoção nas suas fileiras e, até 1975, havia o problema das guerras coloniais. O modo como cada região ou aldeia reage aos atractivos da migração depende de variáveis diversas, se bem que nenhuma *de per si* pareça fornecer uma correlação directa. A natureza da estratificação social na comunidade, o tipo de organização familiar, padrões de residência e acordos de produção na economia local constituem factores económicos e sociais que podem lançar alguma luz sobre os tipos de migração em zonas específicas, juntamente com a acessibilidade de estradas e outros meios de comunicação e redes de informação.

As dificuldades em apresentar uma estrutura conceptual clara para a análise do processo e dos efeitos da migração e emigração nas aldeias portuguesas devem-se, em parte, ao facto de a burocracia e a educação serem baseadas em padrões citadinos, sendo os habitantes do campo descritos, estudados, tributados e governados pela cidade, o que torna muito grande e fundamental a margem de erro quanto a este ponto. Isto é particularmente notório quando a economia de mercado e expectativas da cidade colidem com o sistema de subsistência e com a economia da aldeia. É uma atitude típica dos que se regem pelos princípios da economia de mercado da cidade ignorar, negligenciar e não compreender a racionalidade, prioridades, preocupações e valores mais elementares da aldeia.

A introdução parcial da economia urbana na aldeia provoca, por isso, uma série de perturbações e mudanças fundamentais na vida e organização desta — tanto ao nível moral como material. Uma vez que a aldeia é a unidade efectiva da organização económica e da cooperação social, estes efeitos devem ser estudados ao nível da própria aldeia. A relação da aldeia com a sociedade urbana constitui uma das variáveis básicas que podem ajudar a explicar as taxas de migração; o impacte de uma sobre a outra pode ser causal ou coincidente, mas não pode ser cabalmente compreendida sem que seja feito um estudo sobre a organização da aldeia.

No caso português, as análises relativas à migração são de interesse diminuto se os estudos em que se basearem não forem feitos ao nível local e empírico na própria aldeia; é profundamente errado tratar a aldeia como um conjunto isolado; a sua organização social, crenças morais e respectivas

modificações são o resultado de pressões, quer exteriores quer interiores. Vale isto por dizer que a modificação social é um aspecto da vida da aldeia mais contínuo e permanente do que, por vezes, se pensa.

Se bem que isolada em certos aspectos importantes, a aldeia tem estado sujeita, há mais de um milhar de anos, a autoridades que lhe são exteriores — a militar, a eclesiástica e a civil. Tratar a aldeia como um conjunto isolado — socialmente «fechado» ou «contido em si mesmo» — é algo que se não coaduna com uma comunidade que faz historicamente parte de um dos Estados imperiais cultos e burocratizados da Europa ocidental. Mais do que isso, a aldeia tem reagido aos desenvolvimentos internacionais, pelo menos desde o tempo dos Descobrimentos, e, nestes quatrocentos anos, a vida da maior parte dos camponeses foi tão afectada por esses contactos como pelos desenvolvimentos internos de Portugal; prova-o a revolucionária introdução do milho e do vinho americanos.

Conclusões demasiado peremptórias acerca do futuro de uma aldeia — presumindo que o tenha — não podem ser tiradas a partir de simples extrapolações das tendências actuais. Em 1972, as aldeias do Norte conheceram uma autêntica sangria de jovens em idade de trabalhar e que parecia não terminar; em 1976, muitos regressaram para comprar terras, investir em tractores, começando a pensar em termos de mercado. O abandono dos seus anteriores locais de trabalho pode ter sido precipitado pela presente recessão económica europeia; a decisão de regressar às suas longínquas aldeias da serra ou do vale, bem como a de aí investir as suas poupanças, foram claramente influenciadas por outros factores.

Apesar da migração endémica, as aldeias do Norte de Portugal continuam a fazer da agricultura a base económica da sua subsistência. Embora integrados, enquanto consumidores, na economia nacional de mercado e, como trabalhadores, na economia internacional de mercado, os habitantes da aldeia continuam a manter a sua economia tradicional de auto-suficiência, com os seus ciclos de produção e padrões morais próprios, mais adequados à sua economia do que à de mercado. Este paradoxo aparente só pode explicar-se pela verificação da continuada adesão à agricultura de subsistência, considerada como correcta na perspectiva da aldeia. O referido paradoxo baseia-se, fundamentalmente, no princípio dominante e tradicional da «ética de subsistência», ou, antes, na ética de sobrevivência, característica das comunidades camponesas e, na sobrevivência das instituições igualitárias na aldeia, como princípio de segurança que, mais do que competir com a «ética de subsistência», a reforça.

A importância relativa das taxas de migração da aldeia é, pois, um reflexo dessa ênfase na subsistência. Tradicionalmente, numa economia deste tipo, o único factor de produção sobre o qual o camponês podia exercer qualquer escolha imediata era o trabalho. O controlo e a disponibilidade de mão-de-obra tornam-se, assim, cruciais, quer provenha do agregado familiar, quer da aldeia ou do exterior, e as variações na disponibilidade de mão-de-obra reflectem-se também nas taxas de migração.

O que deve ser explicado é o modo como se concilia o paradoxo de a aldeia continuar a manter, em certa medida, a sua forma tradicional, em face de uma forte emigração e de uma súbita mudança social; o modo como, na realidade, se concilia o paradoxo de uma continuidade e uma mudança sociais na comunidade da aldeia. Para tal torna-se necessário, com vista a obter uma explicação satisfatória, que se examine a aldeia no

seu contexto local, regional e nacional, inserindo-se também numa perspectiva histórica, para explicar o processo e o impacto da migração, que, na sociedade nortenha portuguesa, é uma atitude tradicional: explicar a maneira como a aldeia consegue conservar, de modo geral, a sua continuidade, apesar da existência de uma forte emigração; qual o motivo por que surgem mudanças — quando surgem —, apesar de uma migração endémica se processar há, pelo menos, duzentos anos; demonstrar qual o significado actual da mudança social na aldeia; e mostrar, por outro lado, o modo como os migrantes, apesar de operarem em dois sectores, continuam «dominados» pela aldeia.

Para muitas aldeias portuguesas do Norte, a migração significou a manutenção a longo prazo das formas tradicionais da economia local, a manutenção das instituições igualitárias e da estrutura familiar, ao passo que as flutuações periódicas das taxas de migração se reflectiram em diversos graus de aderência à ética de subsistência subjacente. Aqui, simultaneamente, a migração manteve a continuidade social e foi um indicador de mudança social, conduzindo à modernização, mas sem industrialização ou integração na economia nacional de mercado.

A migração de mão-de-obra de Portugal e o empenhamento que ela tem na subsistência no quadro da aldeia são dois aspectos da tentativa que o camponês faz para manter a viabilidade do seu *land-group*, a sua ética de subsistência social numa sociedade nacional que não oferece, a longo prazo, qualquer segurança ao sector agrícola, nem quaisquer alternativas realmente viáveis.

BIBLIOGRAFIA

- Bailey, F. G., «Changing communities», in *Gifts and Poison*, Oxford, 1971.
 Banfield, Edward C., *The Moral Basis of a Backward Society*, Glencoe, III, 1958.
 Blanchard, Raoul, «Reflexions sur les hautes vallées alpestres», in *Annales de Géographie*, Julho de 1958.
 Bradshaw, Roy, «Internal migration in Spain», in *Iberian Studies*, 1/2, 1972.
 Brandes, Stanley, *Migration, Kinship and Community*, Nova Iorque, 1975.
 Castles e Kosack, «The function of labour migration in West European capitalism», in *New Left Review*, 73, 1972.
 — *Immigrant Workers and the Class Structure in Western Europe*, Londres, OUP, 1973.
 Caziot, P., *Une Solution au Problème Agraire*, Paris, 1919.
 Chayanov, A. V., *The Theory of Peasant Economy*, 1966.
 Collier, P., e Greene, J. M., *Migration from Rural Areas of Developing Countries: a Socio-Economic Approach* (mimeo), Oxford, Março de 1973.
 Dalton, George, *Economic Anthropology & Development; Essays on Tribal and Peasant Economies*, Nova Iorque, 1977.
 Davis, John, *People of the Mediterranean*, Londres, 1977.
 Foster, George M., «Peasant society and the image of limited goods», in *American Anthropologist*, vol. 67, 1965.
 Frank, Andre Gunder, *Capitalism and Underdevelopment in Latin America: Historical Studies of Chile and Brazil*, Nova Iorque, 1967.
 Gans, Herbert T., *The Urban Villagers*, Nova Iorque, 1962.
 Gellner, Ernest (ed.), *Patrons and Clients in Mediterranean Societies*, Londres, 1977.
 Germani, Gino, «Migration and acculturation», in Hauser (ed.) *Handbook for Social Research in Urban Areas*, 1964.
 Glazer, Nathan, e Moynihan, Daniel P., *Ethnicity: Theory & Experience*, Cambridge, Mass., 1975.
 Goldey, Patricia, *Messianic Movements and Peasant Leagues in Northeast Brazil: a Socio-Economic Analysis*, Oxford, University of Oxford, 1970.

- Goreaux, L.-M., «Les migrations agricoles en France depuis un siècle et leur relations avec certains facteurs économiques», in *Études et Conjoncture*, vol. XI, 4, Avril de 1956.
- Griffin, Keith, *Underdevelopment in Spanish America: an Interpretation*, Londres, 1969.
- *The Green Revolution: an Economic Analysis*, UN, 1972.
- «On the emigration of the peasantry», in *World Development*, 4 (3), 1976, pp. 353-361.
- Handlin, Oscar, *The Uprooted*, Boston, 1957.
- Hansen, Marcus Lee, *The Immigrant in American History*, 1941.
- *The Atlantic Migration 1607-1860*, Cambridge, Mass., 1945.
- Jansen, Clifford, *Readings in the Sociology of Migration*, 1970.
- Juillard, Etienne, «Le problème du surpeuplement rural en France», in *Acta Geographica*, Junho de 1958.
- Kroeber, A. L., *Configurations of Culture Growth*, Berkeley, 1944.
- «Critical summary and commentary», in *Method and Perspective in Anthropology*, Mineápolis, 1954.
- Levesque, Andre, *Le Problème Psychologique des Migrations Rurales*, 1958.
- Long, Norman, *Social Change and the Individual: a Study of the Social and Religious Responses to Innovation in a Zambian Rural Community*, Manchester, 1968.
- Mendras, Henri, *L'Exode Rural en France*, Universidade de Paris, s. d.
- Mitchell, J. Clyde, «Labour migration and the tribe», in *Africa in Transition*, P. Smith (ed.), Londres, 1958, pp. 54-61.
- Nalwiny e J. Fishman, «American immigrant groups: ethnic identification and the problem of generations», in *Sociological Review*, vols. 13-14, 1965-66, p. 311.
- Numelin, J., *The Wandering Spirit*, 1937.
- Park, Robert, «Human migration and the marginal man», in *The American Journal of Sociology*, 33, pp. 881-893, 1928, e in *Race and Culture*, 1950.
- Pearse, Andrew, *The Latin American Peasant*, Londres, 1975.
- Pitt-Rivers, Julian, *The People of the Sierra*, Londres, 1954.
- Polanyi, Karl, *The Great Transformation: the Political and Economic Origins of Our Time*, Boston, 1957.
- Ravenstein, «Laws of migration», in *Journal of the Statistical Society*, XLVIII, 1885.
- Rocha Trindade, M. B., *Imigrés Portugais*, Lisboa, 1973.
- «Queriga; uma comunidade em face de emigração», in *Comunidades Portuguesas*, vols. 31-32, Julho-Outubro de 1973.
- Saville, John, *Rural Depopulation in England and Wales*, Londres, 1957.
- Schapera, Isaac, *Migrant Labour & Tribal Life*, Londres, OUP, 1947.
- Scott, James C., *The Moral Economy of the Peasant: Rebellion and Subsistence in South-East Asia*, New Haven e Londres, 1976.
- Shanin, Teodor, *The Awkward Class*, Oxford, 1972, e in *European Journal of Sociology*, 1971 vol. 12, pp. 289-300.
- Stirling, Paul, *Turkish Village*, Londres, 1965.
- Thistlethwaite, Frank, «Migration from Europe Overseas in the 19th and 20th Centuries», Comité International des Sciences Historiques, XI^e Congrès International de Sciences Historiques, *Rapports V Histoire Contemporaine*, Almqvist & Wiksell, Upsala, 1960.
- Van Velsen, J., «Labour migration as a positive factor in the continuity of Tonga tribal society», in A. W. Southall (ed.), *Social Change in Modern Africa*, Londres, 1961, pp. 230-241.
- Willems, Emilio, «Peasantry and city», in *American Anthropologist*, Junho de 1970.
- Wolf, Eric R., *Peasants*, Nova Jérsey, 1966.
- «Types of Latin American peasantry», in *American Anthropologist*, 1955, p. 453.
- Wylie, L., *Village in the Vaucluse*, Cambridge, Mass., 1957.
- Young, C. M., *The Social Setting of Migration*, University of London, 1976.